CAF BRASIL

CAF Brasil Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 02.430.238/0001-82

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		656.662	945.466
Caixa e equivalente de caixa	4	10.281	26.229
Contas a receber de clientes	5	549.197	681.651
Contas a receber - partes relacionadas	10	8.422	5.534
Estoques	6	42.807	102.136
Imposto a recuperar	7	28.650	116.015
Créditos de operações com instrumentos financeiros derivativos	19.c)	14.045	11.125
Despesas antecipadas		66	90
Outros créditos - partes relacionadas	10	591	366
Outros créditos		2.603	2.320
Não circulante		333.702	273.400
Contas a receber de clientes	5	59.081	–
Impostos a recuperar	7	84.185	84.909
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	106.152	95.679
Outros créditos		3.774	2.557
Investimentos	9	2.888	2.888
Imobilizado	8	77.622	87.367
Total do ativo		990.364	1.218.866

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante		458.720	694.188
Empréstimo bancário	12	–	149.394
Empréstimo no exterior - parte relacionada	13	379.193	377.812
Fornecedores		27.933	46.534
Fornecedores - parte relacionada	10	2.857	4.762
Obrigações tributárias	11	7.352	7.502
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		6.606	6.805
Adiantamento de clientes		38	24.324
Adiantamento de parte relacionadas	10	23.829	11.986
Obrigações a liquidar com instrumentos financeiros derivativos	19.c)	6.328	59.371
Outras Provisões		4.584	5.698
Não circulante		50.409	38.785
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	14	13.481	10.822
Provisões contratuais		4.101	1.758
Provisão para garantia	15	32.827	26.205
Patrimônio líquido		481.235	485.893
Capital social	16	629.375	526.778
Reserva Legal		6.508	6.508
Reserva de avaliação patrimonial		–	122
Lucros (prejuízos) acumulados		(154.648)	(47.515)
Total do passivo e patrimônio líquido		990.364	1.218.866

Demonstrações do resultado abrangente

	Nota	2017	2016
Prejuízo do exercício		**(107.133)**	**(39.326)**
Item que será reclassificado para o resultado:			
Valor justo de "hedge" de fluxo de caixa realizado, líquido de impostos	19	(122)	(1.046)
Resultado abrangente total do exercício		(107.255)	(40.372)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital	Reserva de Reserva legal	Lucros avaliação patrimonial	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		204.952	6.508	1.168	(8.189)	204.439
Integralização de capital (aumento de capital com dívida da ICF)	16	321.826	–	–	–	321.826
Prejuízo do exercício		–	–	–	(39.326)	(39.326)
Resultado não realizado de cobertura cambial dos fluxos de caixa futuros	19	–	–	(1.046)	–	(1.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		526.778	6.508	122	(47.515)	485.893
Integralização de capital (aumento de capital com dívida da ICF)	16	102.597	–	–	–	102.597
Prejuízo do exercício		–	–	–	(107.133)	(107.133)
Resultado não realizado de cobertura cambial dos fluxos de caixa futuros	19	–	–	(122)	–	(122)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		629.375	6.508	–	(154.648)	481.235

Demonstração do Resultado

	Nota	2017	2016
Receita líquida	22	**245.421**	**429.262**
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(233.962)	(403.363)
Lucro bruto		**11.459**	**25.899**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	23	(31.800)	(31.224)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(11.556)	(6.704)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(31.897)**	**(12.029)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	3.730	2.527
Despesas financeiras	18	(56.983)	(86.717)
Variação cambial, líquida	18	(32.393)	37.580
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		**(117.543)**	**(58.639)**
IRPJ e CSLL			
Diferidos	17	10.410	19.313
Prejuízo do exercício antes da reversão dos juros sobre O capital próprio		(107.133)	(39.326)
Reversão dos juros sobre capital próprio		–	**(39.326)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício			
Prejuízo por ação - R$		**(0,1702)**	**(0,0747)**
Quantidade de ações no fim do exercício		**629.374.720**	**526.778.120**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(107.133)	(39.326)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8	9.776	9.611
Provisão para débitos incobráveis	5	7.409	–
Provisão (reversão) para não realização de crédito de ICMS	7	(311)	213
Provisão para itens de giro lento	6	529	1.685
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(10.473)	(19.313)
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	14	1.545	5.500
Provisão para garantia	15	6.622	347
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12 e 13	4.676	57.543
Juros e variação cambial sobre empréstimos de partes relacionadas	13	101.899	(108.636)
Provisão para contas a pagar		–	(92)
Provisão para penalidades contratuais	23	2.343	3
		16.882	(92.465)
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		65.964	(99.123)
Contas a receber–partes relacionadas		(2.888)	514
Estoques		58.800	55.796
Impostos a recuperar		88.400	(23.788)
Outros		(1.701)	(1.400)
Redução (aumento) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(18.601)	(22.189)
Fornecedores - partes relacionadas		(1.905)	(76.703)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(199)	(425)
Obrigações tributárias		(150)	165
Adiantamento de clientes		(24.286)	(2.546)
Adiantamento de partes relacionadas		11.843	368
Pagamento de juros sobre empréstimos	12 e 13	(20.657)	(70.859)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		171.502	(332.655)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível	8	(31)	(2.878)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(31)	(2.878)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	–	118.846
Captação de empréstimos com partes relacionadas	13	862.941	593.336
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(146.815)	(232.401)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas		(847.460)	(171.893)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(56.085)	44.290
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(187.419)	352.178
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(15.948)	16.645
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		26.229	9.584
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		10.281	26.229
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(15.948)	16.645

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional - A CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), com sede localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 81, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo a fabricação, a construção, a transformação, a reparação, a manutenção, a montagem, o projeto, a importação, a aquisição, a venda, a exportação, a exploração ou qualquer outra forma de comercialização de todo e qualquer tipo de trem, locomotiva, vagão e veículos ferroviários em geral, bem como de seus componentes, peças, acessórios e equipamentos. A Companhia tem como controladoras as companhias espanholas CAF Investment Projects, S.A. (CAF IP), Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. ("CAF Espanha") e Urbanización Parque Romareda S.A. Os contratos que impactaram as operações da Companhia em 2017 e 2016 foram os seguintes: • A Companhia mantém dois contratos com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, tendo como objeto principal a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 78 trens elétricos, com fornecimento de insumos e equipamentos. • Em 2010, a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens com a parte relacionada CTRENS - Companhia de Manutenção S.A., em relação ao contrato de manutenção preventiva, corretiva e revisão geral da frota da Linha 8 - Diamante, celebrado entre a CTRENS e a CPTM. Os serviços prestados à CTRENS abrangem assessoria técnica ("know-how"), supervisão da mão de obra contratada pela CTRENS, assessoria à gestão de compras e utilização de materiais adquiridos pela CTRENS usados em seus serviços prestados à CPTM, de tal forma que a CTRENS obtenha um equilíbrio financeiro definido nesse contrato. A contraprestação dessa assessoria é remunerada mensalmente de acordo com a quantidade de trens disponibilizados pela CPTM à CTRENS, para a prestação de serviços, cujos preços e condições comerciais foram acordados entre as partes no contrato e serão reajustados mensalmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - IPC-FIPE. A Companhia assume as responsabilidades quanto aos serviços prestados pela CTRENS à CPTM, desde que estejam sob sua gerência e assessoria. • Em 2011, a Companhia celebrou dois contratos, sendo eles: **a)** Industrialização de 15 trens para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU Recife através do Consórcio Guararapes formado pela Companhia e CAF Espanha. Os 15 trens do referido contrato foram entregues em 2015. **b)** Industrialização de 26 trens, com 6 carros cada um, para a Linha 5 - Lilás da Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Metrô") e venda de peças sobressalentes obrigatórias, além de serviços complementares, como assistência técnica dos trens construídos, fornecimento de manuais de operação e manutenção e treinamento do pessoal do comprador. • Em 2012, a Companhia celebrou três contratos, sendo eles: **a)** Projeto e fabricação de material rodante composto por 40 Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs compostos de 7 carros cada um, assim como o projeto, o fornecimento e a montagem do sistema de sinalização para a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, por intermédio da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo FIFA 2014 - SECOPA, através do Consórcio VLT Cuiabá - Várzea Grande. **b)** Contrato de aquisição e fornecimento de 15 Trens Unidades Elétricas - TUEs para a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB, através do Consórcio Frotapoa firmado com a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. **c)** Fornecimento de 10 TUEs, sendo cada veículo constituído de 4 carros, para a Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte - BH. O contrato foi firmado entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e o Consórcio Frota BH, firmado com a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. • Em 2013, a Companhia celebrou três contratos, sendo eles: **a)** Contrato de prestação de serviços de elaboração de projeto e fabricação de 35 trens, constituídos de 8 carros cada um, totalizando 280 carros, para a CPTM. **b)** Contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 80 trens de 4 carros da série 7000 com a CPTM, com fornecimento de materiais, insumos e equipamentos. **c)** Contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 16 trens de 4 carros da série 7500 da CPTM, com fornecimento de materiais, insumos e equipamentos. • Em 2014, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de engenharia de manutenção preventiva diária, programa de revisão e substituição de equipamentos e serviços e revisão geral e de manutenção dos Trens Unidade Elétrica, Série 100, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos, com a TRENSURB. • Em 2017 e 2016 não houve novos contratos. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis -** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Base de elaboração - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, ser houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre elas as estimativas referentes a reconhecimento de receita, vida útil do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, à provisão para créditos de liquidação duvidosa e à elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Para mais informações acerca das estimativas e premissas adotadas pela Administração, vide as práticas contábeis detalhadas a seguir. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras e os principais julgamentos e estimativas contábeis adotados pela Administração estão consistentes com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2016, datadas de 24 de fevereiro de 2017. **a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita** - Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. As despesas são reconhecidas quando incorridas e os custos relativos aos projetos são reconhecidos no resultado com base no estágio de conclusão dos contratos. A Companhia reconhece e mensura as receitas provenientes da prestação de serviços de modernização de trens em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as receitas provenientes da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e revisão geral de trens em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) - Receitas. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre estas. **b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **c) Transações e saldos em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais - R$), utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica "Variações cambiais, líquidas". **d) Instrumentos financeiros** - Classificação - Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. Ativos financeiros - (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Para a Companhia, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", na demonstração do resultado. Em 31/12/2017 e de 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31/12/2017 e de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda - Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31/12/2017 e de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria. (iv) Empréstimos e recebíveis - São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de encerramento das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31/12/2017 e de 2016, compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), as contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5) e os saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 10). Passivos financeiros - Representados por contas a pagar a fornecedores, empréstimos com terceiros, empréstimo com parte relacionada e saldos a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº 10), os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados ao valor de custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Método da taxa efetiva de juros - Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge" - As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designadas em uma contabilidade de "hedge". Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados no resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela área de Tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado em cada data de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida. Mensuração - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. "Hedges" de fluxo de caixa ("hedge accounting") - Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" em uma proteção ("hedge") da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida na rubrica "Outros resultados abrangentes" e apresentada na "Reserva de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. O valor reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reclassificado para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa protegidos ("hedge") afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de "hedge". Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de "hedge" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e apresentados na "Reserva de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a "hedge" é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo da rubrica "Outros resultados abrangentes" é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é transferido para o resultado no mesmo período em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado do exercício. Derivativos embutidos - Os derivativos embutidos em contratos principais não derivativos são tratados como um derivativo separadamente quando atendem às definições de um derivativo, seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e eles não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **e) Caixa e equivalentes de caixa -** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos e da variação cambial auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **f) Contas a receber de clientes e estimativa para créditos de liquidação duvidosa -** Registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos e serviços, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados devido à recuperação de créditos. **g) Estoques -** Avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. **h) Investimento em coligada -** Avaliado pelo custo histórico, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. **i) Imobilizado -** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (vide nota explicativa nº 8). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado. **j) Redução ao valor recuperável de ativos -** Na data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos, a fim de determinar se há alguma indicação de que sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Nos casos quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **k) Passivos circulante e não circulante -** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, sendo essas variações registradas na demonstração do resultado. **l) Ativos circulante e não circulante -** Alguns ativos são classificados como "Ativos circulantes", mas que poderão ser realizados num período superior a 12 meses após a data de encerramento das demonstrações financeiras, mas considerando os itens em conjunto representam a melhor estimativa de período de realização da Administração e devem ser classificados na referida rubrica. **m) Provisões -** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **n) Juros sobre o capital próprio -** Os juros sobre o capital próprio pago ou a pagar são originalmente contabilizados no resultado como "Despesas financeiras", sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido como despesa financeira, e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, como dividendos pagos ou a pagar, segundo a essência da operação. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". **o) Contratos onerosos -** As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. **p) Provisão para garantias -** As provisões para o custo esperado com garantia de vendas são reconhecidas na data da venda dos respectivos produtos, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia. **q) Tributação - Imposto de renda e contribuição social -** Impostos correntes - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, sendo o imposto de renda e a contribuição social calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. Impostos diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de encerramento das demonstrações financeiras e, nos casos aplicáveis, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às alíquotas aplicáveis ao exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data de encerramento das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos - O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 17. **3. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas -** As novas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e que ainda não estão em vigor são as seguintes: **Norma - Principais exigências - Data de entrada em vigor ;** IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. - Aplicável a exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. IFRS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes - Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Convergência do IASB e do FASB. Aplicável a exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. IFRS 16/CPC 6(R2) - "Leasing" - Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor - Aplicável a exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. Para as normas IFRS 15 e IFRS 16 e considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas e interpretações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. Em quanto a norma IFRS 9, a Administração está planificando os modelos de depreciação adaptados ao referido enfoque e que estima terá um impacto negativo no patrimônio na data da primeira aplicação inferior a R$4.500 antes de considerar o impacto fiscal. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	2017	2016
Conta-corrente em moeda estrangeira	8.573	48
Caixa e contas-correntes no País	636	1.734
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.072	24.447
Total	10.281	26.229

Em 31/12/2017, a Companhia possuía depósitos denominados em euros (€) em contas bancárias no exterior, os quais estavam atualizados pela taxa de câmbio vigente naquela data e disponíveis para saque. O valor convertido para reais (R$) desses depósitos no exterior era equivalente a €2.160 mil (€14 mil em 31/12/2016). As aplicações financeiras em 31/12/2017 referem-se a aplicações de renda fixa denominada "conta compromissada", remunerada à taxa de 55% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento, sem riscos de mudanças significativas no seu valor contábil.

5. Contas a Receber de Clientes

	2017
Faturas pendentes de emissão	417.075
Faturas emitidas: / A vencer	71.981
Vencidos: / Até 30 dias	1.191
De 31 a 60 dias	1.148
De 61 a 90 dias	997
De 91 a 180 dias	1.087
Acima de 181 dias	68.522
PIS e COFINS pendente de faturar de clientes - imposto adiantado (*)	53.686
Provisão devedores duvidosos	(7.409)
Total	608.278
Ativo circulante	549.197
Ativo não circulante (nota explicativa nº 14)	59.081

(*) Em 31/12/2017 a Companhia possui saldos de PIS e COFINS, R$53.686, pagos de forma adiantada a Fazenda e que receberá do cliente com a emissão das faturas pendentes. Em 31/12/2017, R$191.203 (R$110.912 em 31/12/2016) referem-se a contas a receber de trens já entregues e serviços prestados para os clientes e R$417.075 (R$570.739 em 31/12/2016) referem-se a créditos com a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo FIFA – SECOPA, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM (Metrô SP), a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e a Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB, oriundos da industrialização de trens, da prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos trens metropolitanos e dos respectivos insumos e equipamentos utilizados em tais serviços, conforme respectivos contratos mencionados na nota explicativa nº 1. Adicionalmente em 31/12/2017, a Companhia constituiu provisão de R$7.409 para devedores duvidosos. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, alguns ativos são classificados como "Ativos circulantes", mas que poderão ser realizados num período superior a 12 meses após a data de encerramento das demonstrações financeiras pois podem depender de autorização de faturamento prevista no contrato e que em determinadas circunstâncias não estão sob o controle da Administração **6. Estoques**

	2017	2016
Importação em andamento	960	2.647
Estoques em processo - trens (a)	28.972	53.352
Material para manutenção	10.130	9.977
Provisão para itens de giro lento	(2.214)	(1.685)
Adiantamento a fornecedores (b)	4.959	37.845
Total	42.807	102.136

(a) Em 31/12/2017 e de 2016, o principal projeto em execução refere-se ao contrato assinado com a CPTM para a fabricação de 35 trens de 8 carros cada um, conforme divulgado na nota explicativa nº 1. **(b)** Em 31/12/2017, a Companhia possui adiantamento a partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 10. **7. Impostos a Recuperar**

	2017	2016
ICMS	133.476	134.316
COFINS sobre Faturamento pendente de realizar	96	57.481
Programa de Integração Social - PIS sobre Faturamento pendente de realizar	20	12.212
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	10.469	26.471
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	7.909	6.760
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	13.613	13.030
Outros impostos sobre importação a restituir	–	4.296
INSS a Recuperar	642	–
Outros	1	60
Provisão para não realização de crédito de ICMS (*)	(53.391)	(53.702)
Total	112.835	200.924
Ativo circulante	28.650	116.015
Ativo não circulante	84.185	84.909

(*) A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados e a provisão para perdas necessárias, de acordo com as projeções de utilização desses créditos. **8. Imobilizado e Intangível**

	Taxa média anual de depreciação-%	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Valor residual	2016 Valor residual
Edifícios	4	83.120	(26.026)	57.094	60.448
Máquinas e equipamentos	10	34.280	(27.046)	7.234	10.654
Ferramentas	10	1.731	(1.731)	-	5
Móveis e utensílios	10	2.564	(1.994)	570	821
Veículos	20	173	(173)	-	-
Equipamentos de informática	20	897	(893)	4	11
Instalações e equipamentos de telefonia	10	27.068	(18.442)	8.626	11.341
Software	10	953	(882)	71	23
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	336	(336)	–	–
Imobilizações em andamento	–	523	–	523	564
Terreno	–	3.500	–	3.500	3.500
Total		155.145	(77.523)	77.622	87.367

A movimentação do ativo imobilizado para os exercícios findos em 31/12/2017 e de 2016 é como segue:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	87.367	94.100
Adições:		
Aquisições	31	2.835
Imobilizado em andamento	–	43
Total	31	2.878
Depreciação	(9.776)	(9.611)
Saldo no fim do exercício	77.622	87.367

Em 31/12/2017 e de 2016, a Companhia não possuía bens imobilizados dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, nem arrolados em defesa de processos judiciais, tampouco bens paralisados ou despesas com aluguéis ou quaisquer outras despesas com arrendamento mercantil operacional e despesas referentes a juros capitalizados. **9. Investimento em Coligada -** A Companhia possui participação na CTRENS de 1%, cujo valor em 31/12/2017 e de 2016 é de R$2.888 e avaliado pelo método de custo.

10. Partes Relacionadas

	Ativo 2017	Ativo 2016	Passivo 2017	Passivo 2016	Transações 2017	Transações 2016
CAF Espanha:						
Contas a receber (a)	–	41	–	–	–	41
Fornecimento de materiais (a)	–	–	2.219	2.959	–	–
Vendas (a)	–	–	–	–	–	84
Compras (a)	–	–	–	–	(34.511)	(76.593)
Adiantamentos a Fornecedores	3.023	30.306	–	–	–	–
CAF Power & Automation SL:						
Contas a receber (a)	999	–	–	–	–	41
Compras (a)	–	–	–	–	(1.154)	(17.664)
Fornecimento de materiais (a)	–	–	–	1.279	–	–
CAF Signalling:						
Fornecimento de materiais (a)	–	–	246	213	–	(213)
Rail Line Components:						
Fornecimento de materiais (a)	–	–	392	311	–	–
Compras (a)	–	–	–	–	(131)	(365)
Sermantrén:						
Contas a receber	603	–	–	–	–	–
Prestação de serviços	–	–	–	–	603	–
CAF Chile:						
Contas a receber (a)	–	3	–	–	–	–
Vendas (a)	–	–	–	–	–	3
CAF IP:						
Empréstimos - curto prazo	–	–	372.162	375.129	–	–
Juros sobre empréstimos	–	–	7.031	2.683	–	–
Despesas financeiras (juros sobre empréstimos)	–	–	–	–	(17.221)	(10.753)
CTRENS:						
Contas a receber (b)	6.820	5.490	–	–	–	–
Adiantamentos (b)	–	–	23.829	11.986	–	–
Prestação de serviços (b)	–	–	–	–	24.276	32.835
Outros créditos/receitas financeiras	591	366	–	–	778	710
Total	12.036	36.206	405.879	394.560	(27.360)	(71.915)
Contas a receber	8.422	5.534	–	–	–	41
Adiantamentos a fornecedores	3.023	30.306	–	–	–	–
Contas a pagar	–	–	2.857	4.762	–	(500)
Adiantamentos - circulante	–	–	23.829	11.986	–	–
Compras	–	–	–	–	(35.796)	(94.623)
Vendas	–	–	–	–	–	87
Outros créditos	591	366	–	–	778	710
Empréstimos - curto prazo	–	–	379.193	377.812	–	–
Despesas financeiras	–	–	–	–	(17.221)	(10.753)
Prestação de serviços	–	–	–	–	24.879	32.835

(a) Os saldos da rubrica "Fornecimento de materiais" correspondem ao fornecimento para o cumprimento dos contratos cuja fabricação está em andamento, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. **(b)** Os saldos e as transações com a CTRENS estão relacionados ao contrato de prestação de serviços de assessoria técnica de manutenção de trens e industrialização, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. A remuneração dos administradores deve ser fixada em Assembleia Geral e estar de acordo com o estatuto social da Companhia. Dessa forma, os acionistas deliberaram o montante de R$1.460 de remuneração aos administradores em 2017 (R$1.591 em 2016). Tal montante está registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **11. Obrigações Tributárias**

	2017	2016
Impostos a recolher sobre projetos em andamento	3.899	2.522
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	729	724
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	383	802
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.394	1.160
Imposto Sobre Serviços - ISS	241	290
PIS a recolher	112	342
COFINS a recolher	518	1.584
CSLL a recolher	9	14
Outras	67	64
Total	7.352	7.502

12. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Instituição	Encargos anuais	Vencimento	Garantias	2017	2016
Capital de giro	Deutsche Bank	120,54% CDI	30/01/2017	Não há	–	40.492
Capital de giro	Banco Santander	124% do CDI	22/02/2017	Não há	–	46.994
Capital de giro	Credit Agricole	("Swap" p/DI–R$) 115% do CDI a.a.	12/04/2017	Não há	–	61.908
Total					–	149.394
Passivo circulante					–	149.394

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31/12/2017 é como segue: Saldo em 31/12/2015 - 302.930; Captações de empréstimos - 118.846; Amortização do principal - (232.401); Despesas de juros - 46.790; Amortização de juros - (58.381); Amortização de variação cambial - (28.390); Saldo em 31/12/2016 - 149.394;Saldo em 31/12/2016 - 149.394; Amortização do principal - (146.815); Reversão juros swap - 7.424; Despesas de juros - 4.676; Amortização de juros - (13.371); Amortização de variação cambial - (1.308); Saldo em 31/12/2017. **13. Empréstimos com partes Relacionadas -** A Companhia celebrou contratos de empréstimos com sua parte relacionada ICF denominados em euros (€), como segue:

Valor contratado	Encargos anuais	Vencimento	2017	2016
€15.000	Libor + 3,5%	Julho de 2035	–	42
€17.000	Libor + 3,5%	Julho de 2035	–	99
€12.100	Libor + 3,5%	Fevereiro de 2017	–	42.190
€40.000	Libor + 3,5%	Abril de 2017	–	138.826
€20.000	Libor + 3,5%	Junho de 2017	–	69.062
€37.000	Libor + 3,5%	Junho de 2017	–	127.593
€33.000	Libor + 3,5%	Janeiro de 2018	188	–
€37.000	Libor + 3,5%	Janeiro de 2018	42.887	–
€41.000	Libor + 3,5%	Fevereiro de 2018	39.242	–
€55.000	Libor + 3,5%	Junho de 2018	201.470	–
€35.000	Libor + 3,5%	Junho de 2018	95.406	–
			379.193	377.812
Passivo circulante			379.193	377.812
Passivo não circulante			–	–

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos entre partes relacionadas para o exercício findo em 31/12/2017 é como segue: Saldo em 31/12/2015 - 360.166; Captações de empréstimos - 593.336; Amortização do principal - (171.893); Capitalização da dívida - (321.826); Despesas de juros - 10.753; Amortização de juros - (12.478); Variação cambial - (80.246); Saldo em 31/12/2016 - 377.812; Captações de empréstimos - 862.941; Amortização do principal - (847.460); Capitalização da dívida - (102.597); Despesas de juros - 17.221; Amortização de juros - (13.402); Variação cambial - 84.678; Saldo em 31/12/2017 - 379.193. **14. Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas -** A Companhia constituiu, em 31/12/2017 e de 2016, provisão para riscos tributários e trabalhistas para as causas classificadas pelos assessores legais com risco de perda provável. O valor provisionado refere-se ao montante que os assessores legais consideram que a Companhia desembolsará nesses processos. As provisões são revisadas e ajustadas com base na evolução dos processos e no histórico das perdas na melhor estimativa corrente. As obrigações estimadas estão demonstradas a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Outras	Total
Saldo em 31/12/2015	2.805	8.215	–	11.020
Complementos	154	–	2.484	2.638
Reversões	(2.402)	(285)	(149)	(2.836)
Saldo em 31/12/2016	557	7.930	2.335	10.822
Complementos	1.436	1.526	2.291	5.253
Reversões	–	(1.145)	(1.449)	(2.594)
Saldo em 31/12/2017	1.993	8.311	3.177	13.481

Em março de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, após a conclusão do inquérito administrativo iniciado em maio de 2013, envolvendo diversos fabricantes ferroviários, incluindo a Companhia, iniciou processo administrativo decorrente de supostas práticas anticoncorrenciais desses fabricantes. A Companhia apresentou defesa preliminar e vem continuamente colaborando com as autoridades, prestando os esclarecimentos necessários. Possíveis sanções decorrentes desses processos podem incluir multas administrativas, ações para reembolso dos custos adicionais, potencial desqualificação por determinado período em participação de novas licitações e, eventualmente, acusações criminais. Entretanto, na data da elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração não havia sido objeto de nenhuma reclamação econômica. Adicionalmente, em 31 dezembro de 2017 e de 2016, em decorrência do referido processo, o montante de R$902, mantido em conta-corrente, está bloqueado. Na presente data espera-se a resolução do recurso especial para que o referido levantamento se torne definitivo. Além disso, como consequência das investigações realizadas pelo CADE, outras autoridades, entre elas o Ministério Público Estadual de São Paulo-MP/SP, iniciaram procedimentos judiciais. Na data da elaboração destas demonstrações financeiras, somente um dos processos abertos com fundamento na investigação do CADE havia começado, enquanto que em outros processos a Companhia está pendente de ser citada para se manifestar ou para apresentar defesa por não terem sido citados todos os implicados. Do mesmo modo e como resultado das investigações do CADE, foi aberto um procedimento administrativo pelo Tribunal de Contas da União em relação ao qual a Companhia apresentou sua defesa preliminar durante o primeiro semestre de 2016. Após uma declaração do Tribunal de Contas considerando não comprovada a existência de qualquer irregularidade, o encerramento e arquivamento do referido processo foram solicitados, solicitude pendente de resolução. A CAF Brasil faz parte de um consórcio em Cuiabá (Mato Grosso) cujo objetivo é o cumprimento de um contrato de construção de uma nova linha de trem e o fornecimento de material rodante para a linha de trem. O escopo da CAF no consórcio implica basicamente o fornecimento do material rodante e a sinalização. O consórcio e o cliente estão atualmente envolvidos em diversos processos, entre outros assuntos, a possível violação de contrato por ambas as partes está em análise, principalmente, em relação ao trabalho de engenharia civil. Neste sentido, no presente momento, os conselheiros jurídicos da CAF Brasil consideram que o Consórcio possui sólidos argumentos para justificar a sua defesa e defender que a falta de conclusão do trabalho é o resultado do não cumprimento de compromissos por parte do cliente. Em qualquer caso, se uma ordem judicial for emitida contra o Consórcio em relação a isso, uma vez que as violações são atribuídas principalmente a outros membros do Consórcio, a CAF poderá reclamar as potenciais perdas desses membros. Em 31/12/2017, o valor, devido há mais de 180 dias, reconhecido no "Contas a receber de clientes" no ativo não circulante em relação a este contrato, líquido dos adiantamentos recebidos, foi de R$59.081 e nenhum valor foi reconhecido por reivindicações adicionais sobre o contrato original. **15. Provisão para Garantia -** Nos contratos comentados na nota explicativa nº 1, para a construção de trens no Brasil, a Companhia assume todas as responsabilidades quanto ao funcionamento dos trens e eventuais vícios ocultos e/ou defeitos de montagem eventualmente detectados pelo prazo de dois anos a partir da data da entrega de cada unidade; para tanto, efetuou uma estimativa de potenciais custos a incorrer relacionados aos trens entregues e contabilizou uma provisão para garantia no montante de R$32.827 em 31/12/2017 (R$26.205 em 31/12/2016).

	2017	2016
Saldo no início do exercício	26.205	25.858
Complementos	27.133	13.410
Reversões	(20.511)	(13.063)
Saldo no fim do exercício	32.827	26.205

16. Patrimônio Líquido - a) Capital social - Em 31/12/2017, o capital social autorizado, subscrito e integralizado é de 629.374.720 (em 2016 era de 526.778.120) ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00, distribuídas da seguinte forma: CAF Investment Projects, S.A. (98,81%) - 621.875; Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, S.A. (1,18%) - 7.425; Urbanización Parque Romareda S.A. (0,01%) - 75; Total - 629.375. As companhias brasileiras devem registrar no Banco Central do Brasil - BACEN os investimentos estrangeiros e os respectivos lucros capitalizados, para permitir a remessa de dividendos ou repatriação do capital. O capital estrangeiro está registrado no BACEN de acordo com o Certificado de Registro RDE-IED nº IA073573, IA027760 e IA027761, de 31/12/2017. A remessa de dividendos, a repatriação e os reinvestimentos externos estão sujeitos à regularização do BACEN. Em 2017, o capital social foi aumentado em R$102.597 por meio da capitalização de empréstimos com CAF IP. **b) Constituição de reservas e destinação do resultado -** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O estatuto social da Companhia prevê a forma de distribuição dos lucros apurados no encerramento das demonstrações financeiras, os quais, quando distribuídos, são debitados diretamente à rubrica "Lucros acumulados". **c) Juros sobre o capital próprio e dividendos -** De acordo com o estatuto social, os dividendos deverão ser distribuídos ao final do exercício após as deduções de reserva legal. Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31/12/2017, não foram declarados juros sobre o capital próprio por conta de prejuízos acumulados (em 31/12/2016 também não foram declarados juros). **17. Imposto de Renda e Contribuição Social - a) Diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativo e passivo e seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2017	2016
Provisão para não realização de créditos de ICMS	53.391	53.702
Provisão para garantia	32.827	26.205
Provisão variação cambial competência	28.606	(3.506)
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e outros	20.280	17.515
Provisão para débitos incobráveis	7.409	–
Provisão para gastos cobertura derivativos	3.099	–
Provisão para penalidades contratuais	4.101	1.758
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	–	8.055
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	248.760	177.679
Estorno prejuízo fiscal anos anteriores	(86.263)	–
	312.210	281.408
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal	106.151	95.679

Considerando a projeção de geração de lucro tributável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos serão integralmente compensado nos próximos exercícios; contudo, não é possível estimar com razoável precisão os exercícios em que as diferenças temporárias serão realizadas. **b) Correntes e diferidos -** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(117.543)	(58.639)
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	(34%)	34%
Crédito (despesa) de IRPJ e CSLL à taxa nominal	39.965	19.937
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre diferenças permanentes:		
Benefício dos juros sobre o capital próprio	–	–
Outras, líquidas	(515)	(624)
Créditos fiscais não reconhecidos	29.040	–
Crédito (despesa) de IRPJ e CSLL	10.410	19.313
Imposto de renda e contribuição social: / Diferidos	10.410	19.313

Em 2017, a Companhia reavaliou os aspectos de realização do saldo de impostos diferidos, observando a utilização desses ativos com a expectativa de lucros futuros e considerando o histórico de lucros operacionais gerados em exercícios anteriores.

18. Resultado Financeiro	2017	2016
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	615	1.817
Juros sobre o capital próprio recebido de coligada	323	270
Dividendos recebidos de coligada	455	440
Juros recebidos de clientes	2.091	–
Outras	246	–
Total	3.730	2.527
Despesas financeiras: / Juros e encargos financeiros	(4.732)	(46.790)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	(17.221)	(10.753)
Perdas com operações com derivativos	(34.437)	(27.699)
Outras	(593)	(1.475)
Total	(56.983)	(86.717)
Variação cambial: / Variação cambial ativa	754	41.705
Variação cambial passiva	(33.147)	(4.125)
Total	(32.393)	37.580

19. Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros - Considerações gerais e políticas - A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos com partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, estabelecidos para o Grupo CAF. Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos - Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras decorrentes de empréstimos com partes relacionadas, contratos de vendas e importação de insumos produtivos, a Administração pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos. Para exposições cambiais, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "Non-Deliverable Forward - NDF". Fatores de risco financeiro. **a) Risco de concentração e crédito de clientes -** Em virtude das características operacionais e do tamanho do mercado metroferroviário brasileiro, os produtos da Companhia são vendidos mediante contratos de compra de valores relevantes, firmados com um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas, conforme divulgado na nota explicativa nº 1. Em 2017 e 2016, a receita operacional foi concentrada substancialmente em seis clientes. Adicionalmente, existe o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Atualmente, a Companhia mantém transações comerciais com empresas e órgãos governamentais e também com partes relacionadas. Em 31/12/2017 a Administração registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa por valor de R$7.409. A Companhia ainda considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha. **b) Risco de taxa de câmbio -** Decorre principalmente da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, principalmente do caixa mantido em moeda estrangeira e empréstimos com partes relacionadas, denominados em euro (€). Em 31/12/2017, a exposição cambial, preponderantemente indexada ao euro (€), é demonstrada conforme o quadro a seguir:

	2017
Posições ativas: / Conta-corrente em moeda estrangeira	8.573
Contas a receber com partes relacionadas	999
	9.572
Posições passivas: / Contas a pagar a terceiros	(210)
Contas a pagar com partes relacionadas	(2.836)
Empréstimos com partes relacionadas	(379.193)
	(382.239)
Total de exposição cambial líquida	(372.667)

c) Hedge accounting" - A Companhia designa certos instrumentos de "hedge", incluindo derivativos, derivativos embutidos e não derivativos relacionados a risco com moeda estrangeira, como "hedge" de valor justo e "hedge" de fluxo de caixa, para as operações consideradas como sendo de compromisso firme e altamente prováveis, respectivamente, para as quais os registros dos efeitos das variações nos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são efetuados, respectivamente: (i) no resultado do exercício; e (ii) em "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, revertendo-os contra as rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", no momento da liquidação de cada operação. c.1) Operações de NDFs - Para o encerramento das demonstrações financeiras de 31/12/2017 e de 2016, devido à natureza das operações e dos contratos firmados pela Companhia, as operações de NDFs foram eleitas como operações de proteção de valores justos, em que os efeitos das variações nos valores justos foram registrados diretamente no resultado do exercício, tendo como contrapartida o registro de um ativo no mesmo montante, para compensação do efeito do "hedge" no resultado. Em 31/12/2017 e de 2016, as seguintes operações estavam designadas como "hedge" de valor justo: A Companhia assinou contratos para o fornecimento de trens com clientes denominados em euro (€), dessa forma, também assinou contratos futuros de moeda do tipo NDF (posição comprada), para a cobertura do risco de taxa de câmbio decorrente dessas transações futuras previstas, que foram designados como "hedge" de valor justo. Em 31/12/2017, os ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, relacionados à exposição dessas transações futuras previstas, eram de R$5.075 (ganhos de R$6.907 em 31/12/2016) e, então, serão totalmente reclassificados para o resultado. Em 31/12/2017, os contratos de "forward" (posição comprada) em aberto, detalhados a seguir, têm vencimentos previstos entre janeiro e dezembro de 2018 e estão assim resumidos:

	Valor nocional	Efeito acumulado até 31/12/2017 a valor justo	Resultado
Posição comprada	30.633	5.075	Ganho
Resultado do "hedge accounting"		5.075	

Em 31/12/2016, os contratos de "forward" (posição comprada e vendida) em aberto estão detalhados a seguir:

	Valor nocional	Efeito acumulado até 31/12/2016 a valor justo	Resultado
Posição vendida	20.674	3.453	Perda
Posição comprada	32.327	6.907	Ganho
Resultado do "hedge accounting"		10.360	

Em 31/12/2017 a Companhia assinou também contratos de empréstimos com sua parte relacionada CAF IP denominados em euros (€) e, dessa forma, também assinou contrato futuro de moeda do tipo NDF, para proteger o correspondente risco de taxa de câmbio, tendo sido designado como "hedge" de valor justo.

	Valor nocional	Efeito acumulado até 31/12/2017 a valor justo	Resultado
Posição vendida	330.386	10.081	Ganho
Resultado do "hedge accounting"		10.081	

Em 31/12/2016, os contratos de empréstimos com sua parte relacionada CAF IP denominados em euros (€) estão detalhados a seguir:

	Valor nocional	Efeito acumulado até 31/12/2016 a valor justo	Resultado
Posição vendida	374.268	30.372	Perda
Resultado do "hedge accounting"		30.372	

c.2) Derivativos embutidos - Os derivativos embutidos em contratos principais não derivativos são tratados como um derivativo separadamente quando esses atendem às definições de um derivativo e seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Em 2013, a Companhia assinou contratos para o fornecimento de trens para o Metrô e para o fornecimento dos VLTs para o projeto em Cuiabá, conforme nota explicativa nº 1, sendo parte desses contratos denominada em euro (€). Para a cobertura do risco de taxa de câmbio decorrente dessas transações futuras previstas, os derivativos embutidos no contrato principal foram separados e designados como "hedge" de valor justo. Em 31/12/2017, os derivativos embutidos em aberto, detalhados a seguir, totalizam €920 mil, têm vencimentos previstos entre janeiro e dezembro de 2018 e estão assim resumidos:

	Valor nocional	Efeito acumulado até 31/12/2017 a valor justo	Resultado
Posição vendida	3.656	1.253	Perda
Resultado do "hedge accounting"		1.253	

Em 31/12/2016, os derivativos embutidos em aberto, detalhados a seguir, totalizam €1.044 mil, têm vencimentos previstos entre janeiro e setembro de 2017 e estão assim resumidos:

	Valor nocional	Efeito acumulado até 31/12/2016 a valor justo	Resultado
Posição vendida	3.583	856	Perda
Resultado do "hedge accounting"		856	

Os contratos de fornecimento de trens e aquisição de matéria-prima são registrados pela taxa média definida no início de cada contratação, a fim de que o registro contábil atenda à definição de cobertura natural descrita anteriormente. A atualização cambial é feita no encerramento do exercício pela taxa de fechamento e registrada diretamente nas rubricas "Contas a receber" e "Contas a pagar". Em 31/12/2017, a Companhia mantinha o valor de R$1.253 (R$856 em 31/12/2016) registrado na rubrica "Créditos de operações com instrumentos financeiros derivativos" decorrente do efeito líquido dessas atualizações cambiais. c.3) "Swap" - Em 31/12/2017 a Companhia não tem contratos de "swaps". Em 31/12/2016 a Companhia contratou "swaps" com o objetivo de indexar as taxas de juros contratadas (CDI) por taxas de juros prefixadas com instituições financeiras locais.

Item protegido	Contraparte	Valor nocional (€mil)	Início	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva	2016 Valor passivo
Empréstimo	Crédit Agricole	18.000	19/04/2016	12/04/2017	1,46% "spread"	115% do CDI	17.963

Não há margem de garantia para esses contratos e a sua liquidação ocorrerá em reais por meio da diferença entre os termos indexados no contrato, portanto, sem recebimento físico de moeda do valor nocional, na data do vencimento. Em 31/12/2016, os instrumentos financeiros derivativos em aberto haviam sido contratados com o objetivo de "hedge" de um risco particular associado aos passivos financeiros representados pelos empréstimos contratados. Essas transações foram classificadas pela Administração como "hedge" de fluxo de caixa. A movimentação dos ajustes decorrentes da contabilização do "hedge" de fluxo de caixa, registrados na rubrica "Reserva de avaliação patrimonial", está apresentada a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	122	1.168
Variação do valor justo do instrumento de "hedge"	(122)	(1.584)
Efeito tributário diferido	–	538
Saldo no fim do exercício	–	122

Estimativa dos valores justos - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data de encerramento das demonstrações financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo de acordo com os níveis da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Isenções para ativos ou passivos que não se baseiam nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). A tabela a seguir apresenta os passivos mensurados ao valor justo:

2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos financeiros ao valor justo:				
Derivativos	–	15.715	–	15.715
Total do ativo	–	15.715	–	15.715
2016	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo total**
Ativos financeiros ao valor justo:				
Derivativos	–	41.588	–	41.588
Total do ativo	–	41.588	–	41.588

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) baseia-se nos preços de mercado cotados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se esses preços representarem transações de mercado reais, que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares. • O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. • O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data de encerramento das demonstrações financeiras, com o valor resultante descontado ao valor presente. • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros remanescentes. A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valores justos, conforme o Nível 3, para os exercícios findos em 31/12/2017 e de 2016. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado - *Aplicações financeiras* - Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata. **d) Análise de sensibilidade do risco cambial -** A Companhia não tem exposição ao risco cambial por ter suas operações em moedas estrangeiras asseguradas como descrito no item c) anterior. **e) Risco de flutuação de preço de venda de seus produtos, prestação de serviços e custo de aquisição de materiais -** Os preços dos produtos e serviços prestados pela Companhia estão amparados em contratos anteriormente firmados com seus clientes; portanto, não há risco significativo de oscilação não esperada. **f) Gestão de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno a acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base na evolução do seu lucro líquido e do retorno sobre o investimento ("Return on Investment - ROI"). Esses índices correspondem a:

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	107.133	(39.326)
Capital social	629.375	526.778
Retorno sobre o investimento	(0,17)	(0,07)

20. Cobertura de Seguros - Em 31/12/2017, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas. **21. Compromissos Assumidos -** A Companhia assumiu diversos compromissos comerciais e financeiros acordados nos contratos celebrados com clientes, incluindo partes relacionadas, que estão detalhados na nota explicativa nº 1.

22. Receita Líquida	2017	2016
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	177.140	373.927
Receita bruta de serviços prestados	99.055	105.655
Impostos incidentes sobre faturamento	(30.774)	(50.320)
Total	245.421	429.262

23. Despesa por Natureza	2017	2016
Depreciação e amortização	9.776	9.611
Salários e benefícios	90.354	97.553
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	95.294	289.572
Mudanças nos estoques de produtos acabados em progresso	16.405	(19.093)
Provisão para não realização de créditos de ICMS	(312)	213
Provisão para garantia	6.622	347
Provisão para penalidades contratuais	2.343	3
Seguros	2.150	2.453
Serviços prestados	27.846	40.061
Transporte de materiais	4.123	3.034
Conservação, aluguéis, energia e água	3.436	3.889
Outras	19.281	13.647
Total	277.318	441.290
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	233.962	403.363
Despesas gerais e administrativas	31.800	31.224
Outras despesas operacionais, líquidas	11.556	6.703
Total	277.318	441.290

24. Benefícios a Funcionários - A Companhia concede participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Foram registrados na demonstração do resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", R$3.630 em 31/12/2017 (R$4.510 em 31/12/2016) a título de participação nos resultados.

25. Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa	2017	2016
Capitalização de empréstimos com partes relacionadas	102.597	321.826

26. Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras - As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 21 de março de 2018.

Diretoria

Renato de Souza Meirelles Neto - Diretor Presidente

Agenor Marinho Contente Filho - Diretor Geral

Carlos Ruiz de Luzuriaga - Controller

Carlos Alberto Penna Leopoldo - **Controller** Contador CRC RJ 049147/O-0

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

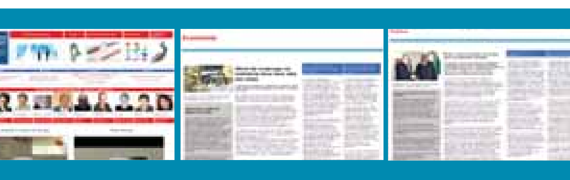
À Administração da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases -** Conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Nosso relatório não contém ressalva relacionada a esse assunto. Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte de um processo administrativo e de outras questões relacionadas a certas transações, cujo desfecho não é previsível no momento, assim como suas consequências nas operações futuras. Nosso relatório não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2018

Deloitte. **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU** Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Stolf Litwin - Contador **-** CRC nº 1 SP 228416/O-5

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br



www.netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3106-4171

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda.. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/42AE-C72B-D799-13A0